

A MODALIZAÇÃO DO DIZER: UMA LEITURA DO DISCURSO OPINATIVO

Ivani Maria Assmann

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se propõe, baseado nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD), pretende tratar do papel dos modalizadores no texto persuasivo e objetiva demonstrar a relevância das condições de produção, das noções de formação discursiva e ideológica para a reconstrução dos sentidos de um discurso, bem como apresentar o texto opinativo/polêmico como categoria persuasiva.

Para atingir tais objetivos, o primeiro passo será apresentar um esboço histórico da Análise do Discurso. Em seguida, tratar-se-á da questão ideológica, do reflexo da formação ideológica na formação discursiva e da influência das condições de produção na criação discursiva. A etapa a seguir, será reservada para a apresentação de uma tipologia discursiva e, em seguida, apresentar-se-ão os itens lexicais que podem modalizar o discurso. Por fim, serão apresentadas as análises textuais que englobam e exemplificam as questões acima citadas, revelando sua importância para a reconstrução dos sentidos de um discurso.

1 MARCOS HISTÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Segundo Maingueneau* (1976), os formalistas russos foram os pioneiros em trazer o discurso para a área dos estudos lingüísticos. Mas seus seguidores, os estruturalistas, voltaram-se para o estudo da estrutura de texto e excluíram a reflexão sobre sua exterioridade.

Harris, Jakobson e Benveniste contribuíram para a constituição da análise do discurso em disciplina autônoma e também marcaram, através de seus trabalhos, a distinção entre duas linhas teóricas de análise do discurso: a americana e a européia.

A linha americana pensava a teoria do discurso como simples extensão da lingüística; concebia o texto como algo sem significação extralingüística e, portanto, não considerava seu universo sócio-histórico de produção.

Já a postura teórica francesa confere importância à relação locutor, enunciado e mundo, promovendo uma reflexão que percebe *uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer*. (ORLANDI*, 1986:108)

A Análise do Discurso, enquanto disciplina autônoma, associa o lingüístico ao social e vê seu campo estender-se para outras áreas do conhecimento e mover-se num terreno vasto e diferenciado. Dessa forma, sente necessidade de delimitar seu campo de atuação para chegar à sua especificidade.

Assim sendo, a Análise do Discurso define-se inicialmente como “o estudo lingüístico das condições de produção de um enunciado” e firma-se em conceitos e métodos da lingüística, o que garante sua distinção das demais áreas das ciências humanas com as quais se limitava. Entretanto, essa distinção *não é suficiente para marcar sua especificidade no interior dos estudos da linguagem*. (BRANDÃO, 1994: 18)

Então, para não permanecer numa lingüística imanente, torna-se necessário observar, conforme Maingueneau, que a Análise do Discurso volta-se também para outras dimensões, além do pressuposto teórico e metodológico da lingüística, que leva em conta o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as adversidades históricas e sociais que se manifestam através dele e, ainda, o espaço que cada discurso representa para si mesmo e em relação aos outros.

Ao examinar estas dimensões, a Análise do Discurso alcança sua especificidade e

a linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não só em relação ao seu sistema interno, enquanto formação lingüística a exigir de seus usuários uma competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através de uma competência sócio-ideológico. (BRANDÃO, 1994: 18)

Agora, conforme considerações de Orlandi (1983), a Análise do Discurso atinge sua especificidade porque pensa a compreensão do fato da linguagem e não sua descrição, e ainda porque *inaugura uma região teórica própria tanto em relação à lingüística como em relação às ciências sociais em geral*. (ORLANDI, 1993: 9)

* Os posicionamentos dos autores assinalados com um asterisco são apresentados segundo a leitura que se fez de Helena H. Nagamine Brandão em sua obra *Introdução à análise do discurso*. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

O termo “própria”, por sua vez, não nega as relações da Análise do Discurso com outras áreas do conhecimento.

Esta autora também reconhece que a AD introduz o sujeito e a história, tomados sob a perspectiva política e ideológica, nos estudos sobre a linguagem e caracteriza-os como elementos produtores de sentido e importantes para a compreensão do funcionamento discursivo.

No tocante à ideologia, a Análise do Discurso interessa-se pela concepção de ideologia vista como indício ou efeito de problemas reais e percebe que as formações discursivas são espaço de confronto de sentidos que *têm a forma histórica dos mecanismos ideológicos*. (ORLANDI, 1993: 11)

2 CONCEITOS ESTRUTURANTES DA ANÁLISE DO DISCURSO

Inicialmente, será feito um resgate de conceitos norteadores da AD, mais precisamente o de *discurso* e o de *ideologia*. A seguir, enfocar-se-ão com maior cuidado as noções de *formação ideológica, formação discursiva e condições de produção*.

2.1 O conceito de discurso e o papel da Análise do Discurso

Foucault* (1969) concebe o discurso como uma dispersão decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas pelo sujeito no discurso.

À AD cabe, então, descrever essa dispersão e orientá-la através das regras de formação, que permitem determinar os elementos constitutivos de *uma formação discursiva*. Entre esses elementos, destacam-se os diferentes tipos enunciativos, os conceitos e estratégias que admitem ou excluem certos temas e teorias, e os objetos que coexistem e se transformam no discurso.

Essas regras de formação, portanto, determinam e caracterizam *uma formação discursiva* e possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade.

Logo, o discurso passa a ser definido como um conjunto de enunciados que remetem a uma mesma *formação discursiva* e a AD, por sua vez, deve passar a preocupar-se com a inscrição do processo discursivo numa relação sócio-histórica e ideológica, que busque na materialidade lingüística, as marcas das contradições sociais.

2.2 O conceito de ideologia

Uma vez que a Análise do Discurso remete a um quadro teórico que alia o lingüístico ao sócio-histórico torna-se necessário apresentar dois modos de

conceituar a ideologia e que certamente determinam também maneiras distintas de tratar a relação linguagem - ideologia.

A primeira postura, derivada da concepção marxista de ideologia, entende o fenômeno ideológico como mecanismo que conduz ao escamoteamento da realidade, ocultando as contradições que lhe são inerentes e preconizando a existência de um discurso ideológico que *serve para legitimar o poder de uma classe ou grupo social* (BRANDÃO, 1994: 27).

Chauí* (1980) retoma algumas considerações dessa concepção marxista e acrescenta a idéia de que a ideologia organiza-se

como um sistema lógico e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem e como devem fazer. (CHAUÍ)

Dessa forma, é perceptível que a ideologia funciona como instrumento de dominação de classe, porque a classe dominante, proprietária dos meios de produção material e, conseqüentemente, detentora dos meios de produção e distribuição das idéias, *faz com que suas idéias passem a ser idéias de todos.* (BRANDÃO, 1994: 21)

Enfim, a ideologia, para esta autora, caracteriza-se como mascaramento, distorção ou visão ilusória da realidade, pois exprime uma desvinculação e independência entre a produção das idéias e as condições sociais, materiais e históricas em que estas são produzidas.

Já uma outra postura concebe a ideologia como *uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica* (BRANDÃO, 1994: 27). Essa noção compreende que os fenômenos da linguagem e a ideologia estão estreitamente vinculados, visto que esta se materializa através daquela. Além disso, essa postura descarta a idéia de ideologia como mascaramento da realidade, mas acreditada como vestígio ou efeito de problemas reais inerentes a qualquer discurso e não somente ao discurso ideológico.

Althusser* (1970) é partidário dessa postura e afirma que a classe dominante mantém, reproduz e perpetua as condições materiais, ideológicas e políticas de exploração através da intervenção do Estado que, por sua vez, aciona seus Aparelhos Repressores (envolvendo o Governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc.) e Aparelhos Ideológicos (englobando

instituições como: a religião, a escola, a família, o poder jurídico, a política o sindicato, a cultura, a informação), fazendo-os funcionar como mecanismos que procuram *forçar a classe dominada a submeter-se às relações e condições de exploração.* (BRANDÃO, 1994: 22)

Cabe aqui, realçar a idéia de que os Aparelhos Ideológicos concentram todo funcionamento da ideologia dominante e criam as condições necessárias para a reprodução das relações de produção.

Além disso, Althusser distingue as ideologias particulares, *que exprimem sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe*, da ideologia em geral, que é constituída dos elementos e mecanismos comuns de qualquer ideologia concreta (ALTHUSSER*, 1970).

Conforme este autor, a ideologia caracteriza-se por ser a representação da relação imaginária e simbólica do homem com as condições reais de existência. Esta relação, por ser abstrata, supõe distanciamento da realidade e, portanto, pode ser a causa da alienação e deformação imaginária das condições reais de vida do homem.

Também é importante acrescentar a idéia de que a existência da ideologia depende de um Aparelho Ideológico que prescreve práticas materiais reguladoras dos atos concretos de um sujeito, garantindo assim, a materialização da ideologia.

Por fim, Althusser acredita que a ideologia funciona através dos mecanismos de interpelação e reconhecimento, que operam a transformação de indivíduos concretos em sujeitos, inserindo-os, posteriormente, a si mesmos e as suas ações em práticas orientadas pelos Aparelhos Ideológicos.

Deve-se notar que estas duas posturas não se excluem, pois tratam da ideologia como forma legítima de pensar o mundo, mesmo que esta seja incompatível com a realidade.

Ambas posturas também se cruzam ao atentar para o aspecto intencional da ideologia, visto acreditarem que ela, em alguns discursos, é produzida intencionalmente e com o objetivo de atenuar as contradições e problemas reais que subjazem as relações sociais, deformando, desta maneira, o modo real de ser do mundo e implantando uma visão de mundo conforme a intenção de determinada instituição ou classe social integrante de um dado sistema.

2.3 Formação ideológica e formação discursiva

Sabendo-se que a ideologia ganha existência material através do discurso, é coerente afirmar que a combinação discurso/ideologia pressupõe o estudo indissociável dos conceitos de *formação discursiva (FD)* e *formação ideológica (FI)*.

A instância ideológica, através da interpelação ou assujeitamento do indivíduo como sujeito ideológico, é compreendida por Courtine* (1981) como forma de reproduzir as relações de produção, visto fazer com que o indivíduo, inconscientemente e parecendo exercer sua própria vontade, seja levado a ocupar seu lugar em uma das classes de determinada formação social. Aqui entram em ação os Aparelhos Ideológicos, que reproduzem e materializam as relações entre essas classes sociais e ainda, em função de um determinado momento sócio-histórico, podem ser representativos do afrontamento político e ideológico dessas classes, que mantêm entre si relações de aliança, oposição e dominação.

O termo *formação ideológica* define-se, então, conforme Haroche et al* como um conjunto de atitudes e representações relacionadas a posições de classe em conflito e configura-se em elemento interventor e confrontador de outras instâncias da conjuntura ideológica de determinada formação social.

Desta forma, o discurso pertence e é governado, moldado pelas *formações ideológicas*, que compõem-se de uma ou várias *formações discursivas* interligadas que, por sua vez, estão estreitamente presas às *condições de produção*.

Entra aqui, a noção de *formação discursiva* que engloba o sistema de paráfrase, através do qual os enunciados são retomados, reorganizados e delimitados dentro de uma mesma *formação discursiva* a fim de preservarem sua identidade. À paráfrase contrapõe-se o conceito de polissemia, que mistura os limites entre as diferentes *formações discursivas*, ocasionando uma pluralidade de sentidos, pois *um mesmo texto pode aparecer em formações discursivas diferentes, acarretando, com isso, variações de sentido* (BRANDÃO, 1994: 90).

Além do jogo parafrástico e polissêmico, a noção de *formação discursiva* envolve o funcionamento pré-construído, que designa uma construção anterior, exterior, independente e implícita à enunciação. Essa construção constitui-se num sujeito universal que revela os objetos do discurso e promove o assujeitamento do sujeito falante em sujeito ideológico. Repetindo Courtine* (1981):

o pré-construído remete, assim, às evidências através das quais o sujeito revela os objetos de seu discurso. O que cada um sabe é simultaneamente, o que cada item pode ler numa determinada situação. Isso quer dizer que se constitui, no interior de uma FD, um sujeito universal que garante 'o que cada um conhece, pode ver ou compreender' e que o assujeitamento do sujeito em sujeito

ideológico se realiza (...) pela identificação do sujeito enunciatório com o sujeito universal da FD

Assim, a noção de *formação discursiva* determina o que pode ser dito e também regula o processo de interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso. Dito em outras palavras, a *formação discursiva* possibilita que vários sujeitos falantes, localizados em uma dada conjuntura histórica, possam partilhar, concordar ou discordar sobre o sentido de dar às palavras, ou seja, uma *formação discursiva* instala várias linguagens em uma única, o que corresponde a uma heterogeneidade.

Conforme Courtine e Marandin* (1981) uma *formação discursiva* possui uma delimitação instável em função da heterogeneidade e devido a sua inserção entre as diversas outras *formações discursivas*, cujas fronteiras movimentam-se de acordo com os choques e adversidades da luta ideológica.

É também devido ao princípio de heterogeneidade que as formações discursivas são espaço de contradições e confronto de sentidos ligados a posições de classes em conflito. Mas essas contradições, no dizer de Foucault* (1971) não são empecilho para a emergência do discurso e funcionam como princípio de sua historicidade e lei de sua existência.

Orlandi (1993) nota que as *formações discursivas* são plurais, visto que num discurso há sempre um discurso outro, o que ocorre devido a relação do dizer com a ideologia. Além disso, ela entende que as FD são parte da organização dos discursos e são constituídas de diferenças, contradições e movimento. Este movimento revela um constante processo de reconfiguração.

Isso posto, entende-se que embora as *formações discursivas* busquem uma homogeneidade, marcando *o que pode e deve ser dito* de acordo com uma *formação ideológica* específica e levando em conta uma relação de classe, elas manifestam, no interior mesmo da sua unidade, os efeitos produzidos pelas contradições ideológicas das classes em confronto.

2.4 Condições de produção do discurso

Por fundamentar várias formulações teóricas da análise do discurso, a noção de *condições de produção* (CP), abordada inicialmente sob o ângulo da psicologia social e da sociolinguística merece, neste passo, algumas considerações.

Pêcheux tentou formular uma definição através de um esquema que salientava a idéia de que os interlocutores do discurso, bem como o seu referente, possuem *lugares determinados na estrutura de uma formação social*. (PÊCHEUX*, 1969)

Assim, no discurso, as relações entre esses lugares são representadas por *formações imaginárias* que indicam a posição dos interlocutores e a imagem que eles fazem de sua própria posição e da posição do outro. Então, essas *formações imaginárias* funcionam como pistas, que permitem ao emissor antecipar as representações e atitudes do destinatário e, em decorrência, munir-se de recursos e estratégias discursivas.

A concepção esboçada por Pêcheux, entretanto, permaneceu muito próxima das origens psicossociológicas e foi contestada por Courtine* (1981) que propõe que a noção de *condições de produção* seja considerada equivalente à circunstância, na qual interagem os sujeitos do discurso. Esta definição alinha-se à análise histórica das adversidades ideológicas manifestadas pelo discurso e vincula-se com o conceito de *formação discursiva*.

Enfim, as *condições de produção* são todos os fatores de ordem social, política, econômica, histórica e ideológica que interagem com a *formação discursiva*, dirigindo o *dizer* para uma determinada *formação ideológica*.

3 AS MODALIDADES DISCURSIVAS

O conceito de discurso empregado por Orlandi (1983) propõe que pensemos a linguagem levando em conta as suas *condições de produção*, ou seja, a relação interativa estabelecida pelos interlocutores e as diferentes concepções de contexto. Contexto em sentido estrito refere-se à situação da interlocução, à circunstância de comunicação, e em sentido lato reporta-se às determinações histórico-sociais e ideológicas.

O uso que estou fazendo do conceito de discurso é o de linguagem em interação, ou seja, aquele em que se considera a linguagem em relação às suas condições de produção, ou, dito de outra forma, é aquele em que se considera que a relação estabelecida pelos interlocutores, assim como o contexto, são constitutivos de significação. (ORLANDI, 1983: 145 e 146)

O discurso, então, pode ser caracterizado como forma social da linguagem, visto que as *condições de produção*, segundo Pêcheux (1979 apud ORLANDI, 1983), envolvem *formações imaginárias* em que contam a relação de forças (posição dos interlocutores no contexto histórico-social e no próprio discurso), a

relação de sentido (intertextualidade e interdiscursividade) e a antecipação (representação que o locutor faz de seu interlocutor e vice-versa).

O caráter social da linguagem está no fato de estas *formações imaginárias*, que relacionam as situações no mundo e as posições no discurso, serem parte de uma *formação ideológica* que prescreve o que pode e deve ser dito em determinada conjuntura.

A tipologia discursiva sugerida por esta autora também inclui a relação linguagem/condições de produção, pois pretende abarcar, através das noções de interação e polissemia, o aspecto histórico, social e ideológico da linguagem, bem como as suas diferentes formas e sentidos. Estas noções originam critérios fundamentais para a caracterização da tipologia proposta.

A partir da noção de interação derivou-se o critério da reversibilidade que, através da troca de papéis entre os interlocutores, determina a dinâmica da interlocução. Além disso, esta noção também abrange o critério que leva em conta o modo de relação dos interlocutores.

Já sob a noção de polissemia, entra o critério que refere-se à relação dos interlocutores com o objeto e que assegurará ao discurso uma maior ou menor multiplicidade de formas e sentidos.

Os critérios acima mencionados funcionam como referência para a caracterização de cada tipo discursivo e devem ser avaliados como tendência. *Cada tipo não se define em sua essência, mas como tendência.* (ORLANDI, 1983: 143 e 144)

Além disso, entre os tipos discursivos o que comumente ocorre é uma mistura em que se torna necessário, para fins de classificação, perceber o jogo de dominância. *Esses tipos de discurso não têm de existir necessariamente de forma pura.* (ORLANDI, 1983: 144)

Isto posto, é possível passar para a caracterização da tipologia em questão, que trata da distinção entre discurso lúdico, polêmico e autoritário.

3.1 Discurso lúdico

Observando os critérios elaborados por Orlandi (1983), percebe-se que neste tipo discursivo a polissemia é aberta, ou seja, os interlocutores se expõem ao objeto do discurso e estabelecem uma interação que preserva uma variação de sentidos bastante ampla.

Já no que se refere à reversibilidade torna-se necessário notar que a relação interativa estabelecida entre locutor e ouvinte permite uma constante troca de papéis, conferindo ao discurso uma maior dinamicidade.

Citelli (1989), que trata do grau persuasivo destes mesmos tipos discursivos

classifica o discurso lúdico como aquele em que ocorre o menor grau de persuasão, pois tende ao jogo de interlocuções no qual praticamente não existe a preocupação de convencer ou expressar a verdade, mas de proporcionar a descoberta de novos significados.

3.2 Discurso polêmico

Orlandi (1983) diz que no discurso polêmico a polissemia é controlada, visto que o objeto é disputado pelos interlocutores, que procuram privilegiar um sentido em detrimento de outros.

Além disso, nota-se que a reversibilidade é condicionada pelo objeto que, por sua vez, direciona-se conforme as perspectivas dos interlocutores.

Agora, seguindo a caracterização proposta por Citelli (1989), observa-se que embora possibilite a contestação, este tipo discursivo, devido à relação entre os interlocutores, demonstra ser mais persuasivo que o lúdico, já que o *enunciador opera uma abertura sob controle* (CITELLI, 1989: 39).

Conforme considerações de Koch (1987), no discurso polêmico o locutor usa modalidades que situam o discurso no campo do livre arbítrio, ou seja, o locutor não impõe (ou simula não impor) sua opinião, deixando (ou simulando deixar) ao interlocutor a possibilidade de concordar ou não com os argumentos expostos e de aderir ou não ao discurso que lhe é dirigido.

3.3 Discurso autoritário

Neste tipo de discurso, conforme considerações de Orlandi (1983), a polissemia é contida, pois o objeto do discurso está oculto pelo dizer e é dominado pelo falante, que procura absolutizar um único sentido.

No que tange à reversibilidade, percebe-se que ela é praticamente nula devido ao fato de existir um agente exclusivo, que permite apenas um assujeitamento ao seu comando.

Por outro lado, seguindo o raciocínio de Citelli (1989), compreende-se que este é o tipo discursivo que concentra o maior grau de persuasão, pois não permite ao receptor interferir no circunlóquio do enunciador, que repete uma fala já sacramentada pela instituição, ou seja, o enunciador reproduz as idéias pregadas pela ideologia de determinado segmento social.

Koch (1987) assinala que este tipo discursivo apresenta o grau máximo de engajamento do locutor com o que é dito, o que se dá em virtude da sua intenção de impor ao alocutário os seus argumentos, apresentando-os como irrefutáveis e tentando, desta forma, coagir o interlocutor a aderir ao seu discurso.

4 OS MODALIZADORES E A INTENCIONALIDADE

Conforme Koch (1987) a intencionalidade, numa acepção lingüística, relaciona-se com a ideologia, visto que é determinada pela *formação discursiva* de um sujeito condicionado ou identitário de uma dada *formação ideológica*.

No discurso, a intencionalidade revela-se através de marcas lingüísticas, que funcionam como pistas que conduzem os interlocutores para o desvendamento da multiplicidade de sentidos e conteúdos implícitos abrigados pelo discurso. Entre essas marcas lingüísticas destacam-se os modalizadores.

Koch assinala ainda que as intenções do texto nem sempre combinam com as intenções do locutor, pois ora mascaram as verdadeiras intenções e ora possibilitam, através dos sinais lingüísticos, leituras e conclusões não previstas e pretendidas pelo sujeito. Isso ocorre porque leitura também é produção de sentidos e, em decorrência, também é dotada de intencionalidade.

Então, as intenções de um sujeito, que é interpelado pela ideologia, orientam a modalização de um discurso.

Assim, o recurso da modalização marca a atitude e as intenções do locutor frente ao enunciado que produz e permite também ao sujeito marcar sua distância em relação ao conteúdo enunciado, bem como demonstrar maior ou menor comprometimento com o que é dito, possibilitando, inclusive, a introdução de outras vozes no discurso.

A seguir, apresentam-se, juntamente com Koch (1987), os mais relevantes itens lexicais que podem constituir modalizadores

- a) predicados cristalizados: é provável, é preciso, é necessário, é certo, etc.;
- b) auxiliares modais: poder, dever, precisar, saber, querer, etc.;
- c) formas verbais perifrásticas: poder, dever, querer, etc. mais infinitivo;
- d) advérbios modalizadores sinceramente, infelizmente, ironicamente, seguramente, aparentemente, etc.;
- e) operadores argumentativos: embora, ainda, mas, etc.;
- f) tempos verbais: presente, futuro do presente, pretérito simples e composto, e futuro do pretérito;
- g) adjetivos avaliativos: interessante, curioso, grave, impossível, etc.

5 ANÁLISE DE TEXTOS

O *corpus* deste trabalho é constituído por dois textos opinativos extraídos do Jornal Zero Hora, edições de 20 e 29 de dezembro de 1995.

É importante salientar que o Jornal Zero Hora é um veículo de comunicação

que, ligado à RBS, assume importante papel no processo de formação de opiniões individuais que posteriormente tornam-se representativas da coletividade.

A escolha dos textos justifica-se pelo fato de se enquadrarem entre os discursos polêmicos que podem ser classificados como persuasivos, pois procuram encaminhar o leitor para a conclusão apontada pelo locutor.

Quanto à análise dos textos, buscar-se-á, primeiramente, fazer um levantamento das suas *condições de produção*, depois, investigar-se-á a *formação ideológica* (FI) que condicionou a *formação discursiva* (FD) e, por fim, serão examinados os itens lexicais da modalização, que integram o processo persuasivo, procurando elucidá-lo através da análise de construções lingüísticas que viabilizam uma argumentação direcionada para determinada conclusão.

5.1 Análise do texto "Passado e futuro"¹

O presente texto, publicado por Júlio Mariani, em 29 de dezembro de 1995, está elaborado em duas colunas e traz como destaque um "box" contendo a seguinte formação discursiva: *Estamos, nesta virada de ano, 365 dias mais longe da demência inflacionária*. Esse recurso, associado à manchete, reforça o sentido pretendido pelo enunciador.

Quanto às *condições de produção*, pode-se notar que o autor vale-se do período próximo à virada de ano, em que afloram reminiscências do passado e preocupações com o futuro, para pôr na balança dois momentos da história brasileira, construindo um discurso que pretende reavivar na memória do leitor os embustes, dificuldades e mazelas do passado, para que desta forma, o leitor se satisfaça e agradeça pela situação do presente.

Então, as *formações discursivas* com as quais o leitor é interpelado e condicionado a identificar-se são identitárias daqueles que simpatizam, ao menos em parte, com o atual governo e que se satisfazem com a presente situação social.

Assim, o enunciador, através das marcas lingüísticas que aparecem no discurso e das *formações discursivas* que lhe são constitutivas, revela a *formação ideológica* a qual é identitário e pela qual é condicionado a corroborar com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Isso posto, pode-se dizer que o presente texto enquadra-se entre os discursos polêmicos, visto que o locutor procura fortalecer o governo FHC em detrimento dos anteriores.

Ainda é importante salientar que, embora o enunciador construa seu discurso com a intenção de persuadir o interlocutor acerca das vantagens trazidas pelo atual governo, também lhe confere a possibilidade de concordar ou não com

¹Ver anexo I.

os argumentos e idéias expostas.

Agora, tratando-se do nível horizontal do discurso, observa-se que emergem diversos itens lexicais que modalizam o discurso e que refletem a *formação discursiva e ideológica* em que se posiciona o sujeito, a quem ora convém revelar e ora mascarar sua posição.

Em outras palavras, pode-se dizer que as escolhas lexicais são condicionadas pelas *condições de produção* e devem combinar-se com a postura pretendida pelo enunciador e pelo segmento social que ele representa.

A título de exemplificação do que foi dito, citam-se alguns trechos do texto:

a) "... inventaram com o Plano Cruzado uma *curiosa* ciência de empresários... (l. 19 a 21);

b) "... *bastaria botar* na cadeia meia dúzia de empresários urbanos e aristocratas do campo para que o valor da moeda *milagrosamente* deixasse de cair" (l. 25 a 29);

O adjetivo avaliativo *curiosa* empregado no período "a" expressa uma avaliação do sujeito sobre a ciência econômica do governo Sarney.

Já na passagem "b" sobressaem-se a contração verbal *bastaria botar*, empregada no futuro do pretérito e que confere ao autor a possibilidade de não assumir totalmente o conteúdo dito, e o advérbio modalizador *milagrosamente*, que ironiza a forma simplificada de Sarney entender a desvalorização da moeda.

Com isso, percebe-se que os itens lexicais do discurso relacionam-se com a intenção do locutor, que pretende desmerecer os governos anteriores a FHC, num momento histórico-social propício para a concretização de tal intento.

Além disso, a modalização marca o engajamento ou distância do sujeito com o que é dito.

c) "... uma realidade *tragicamente* insólita entronizada no Planalto" (l. 34 e 35);

d) "... *que até hoje* repercutem *negativamente* sobre a realidade política-econômica do país" (l. 43 a 45)

Em ambas as passagens aparecem advérbios modalizadores que exprimem um comentário do locutor, que considera o governo de Collor e a repercussão das suas trapalhadas fatos lamentáveis e prejudiciais ao país.

Assim, a lexicalização modalizada tem relação com os valores, representações e julgamentos do enunciador, que pretende arraigá-los também no interlocutor.

e) "... *se* o Brasil resistiu a Collor e a sua equipe, *provavelmente* está imunizado contra vírus fatais" (l. 46 a 49)

f) "... Às vezes, é *preciso coçar* a ferida..." (l. 82 e 83)

No trecho "e" surge o operador argumentativo *se*, que expressa

condicionalidade, e o advérbio modalizador *provavelmente*, que associados, manifestam dúvida do sujeito quanto a resistência do Brasil ao governo Collor, bem como quanto a sua indestrutibilidade frente à vírus fatais.

Dessa forma, percebe-se que a escolha lexical revela a intencionalidade do sujeito que é condicionado por uma ideologia.

5.2 Análise do texto “Herança de um crime”²

O texto intitulado “*Herança de um crime*”, publicado por José Camargo na seção Opinião, edição de 20 de dezembro de 1995, é lançado no momento em que ainda repercute o insólito episódio ocorrido na localidade de Estância Velha, no qual um agricultor teve os olhos arrancados. Este fato, ou melhor, informações veiculadas na imprensa referentes a este fato, pelo que se depreende do texto, imobilizaram o processo de doação de órgãos.

Ainda tratando das *condições de produção*, pode-se notar que no processo de interpelação dos locutários, a associação entre Jornal Zero Hora e RBS merece destaque, já que deram ao episódio, no momento histórico-social propício, um intenso e ativo volume de divulgação, interferindo dessa forma, na formação da opinião pública.

O sujeito deste discurso coloca-se, então, na perspectiva de observador onisciente e crítico e, ao final do texto, recomenda ao locutário uma determinada postura diante do fato, que obrigatoriamente condiz com a *formação ideológica* pela qual é interpelado e que o condicionou a aceitar e pregar determinada postura como sendo a única verdadeira. Essa postura reflete-se nas suas *formações discursivas*.

Já o enquadramento do texto “*Herança de um crime*” entre os discursos polêmicos justifica-se pelo fato de o objeto - repercussão das informações referentes ao episódio - direcionar-se conforme a perspectiva do locutor.

Além disso, o texto possibilita a contestação dos argumentos apresentados, mas mesmo assim, mantém-se persuasivo, tentando de forma sutil, impor uma posição ao leitor.

Agora, reportando-se ao plano horizontal do presente discurso, observa-se a ocorrência de recursos de modalização, que são condicionados pelas *condições de produção* que, por sua vez, vinculam-se às variadas *formações discursivas* que a *formação ideológica* comporta em sua estrutura.

Para ilustrar estas idéias, consideram-se relevantes as seguintes passagens do texto:

²Ver anexo 2.

a) “... o exercício de responsabilidade social, que exige a sensibilidade de *permanentemente* filtrar a notícia que *pode conter* no espalhamento...” (l. 9 a 12)

Nesta passagem sobressaem-se o advérbio modalizador *permanentemente*, que expressa uma avaliação do enunciador sobre o quanto deve ser filtrada a notícia, e a forma verbal perifrástica *pode conter*, que indica a possibilidade de a notícia não filtrada ser danosa.

b) “Como teoricamente todos *devem estar* interessados...” (l. 31 e 32)

c) “... *devem ser* creditados à ausência de responsabilidade social.” (l. 37 e 38)

Nestes trechos dá-se a ocorrência de duas formas verbais perifrásticas que utilizam o auxiliar modal “dever” e que assumem diferentes sentidos: em “b” significa probabilidade e em “c” obrigação.

d) “*É claro que* a mídia não cria notícia...” (l. 50)

No período transcrito surge o predicado cristalizado *é claro que*, que evidencia a postura do sujeito em relação ao que é dito. Postura esta que pretende conferir à mídia a função de depurar as heresias das notícias divulgadas por ela, mas sem responsabilizá-la pela criação das mesmas.

e) “... depurar algumas heresias emitidas por servidores públicos *constrangedoramente* despreparados para estas questões.” (l. 53 a 55)

f) “... isso revela uma porção de coisas que *infelizmente não* promovem a autoridade.” (l. 61 a 63)

Em “e” tem-se o advérbio modalizador *constrangedoramente*, que exprime uma avaliação do locutor sobre o despreparo dos servidores públicos ao tratarem de um episódio dessa natureza e importância.

Já em “f”, o advérbio modalizador *infelizmente* manifesta um julgamento do locutor sobre a avaliação emitida por uma autoridade policial quando questionada pela imprensa sobre o episódio de Estância Velha.

g) “Há uma *acabrunhante* ingenuidade...” (l. 67 e 68)

h) “... depois de uma caçada *macabra*...” (l. 73 e 74)

i) “E há uma *assombrosa* despreocupação com os programas de transplante...” (l. 77 a 79)

Nestas passagens, encontram-se adjetivos avaliativos que apontam para uma avaliação do locutor sobre o conteúdo das proposições em que aparecem.

Cabe aqui examinar mais detidamente os advérbios modalizadores e os adjetivos avaliativos, que são escolhidos com a intenção de elucidar os julgamentos, valores e representações do sujeito, seguindo dessa forma, o que postula a *formação ideológica* da qual é identitário.

j) “... que *poderia representar* uma ameaça para outras pessoas, *precisamos admitir* que a insensibilidade atingiu o topo da hierarquia.” (l. 88 a

91)

Na passagem citada, ocorrem novamente duas formas verbais perifrásticas, sendo a primeira construída com auxiliar modal poder, que se encontra no futuro do pretérito, com valor de possibilidade, funcionando também como metáfora temporal que permite ao enunciador não comprometer-se totalmente com o conteúdo enunciado, transferindo a outra voz a responsabilidade pelo que é dito.

Neste trecho tem-se ainda a forma perifrástica de auxiliar modal "precisar", que procura impor ao alocutário a obrigação de admitir que a insensibilidade atingiu seu ponto máximo.

Enfim, nota-se que "o dizer" manifestado pelo sujeito revela um projeto ideológico identificado com o segmento da sociedade que tem interesse em elucidar o fato de Estância Velha para assim garantir o processo de doação de órgãos e a integridade dos profissionais nele envolvidos.

Então, este projeto ideológico possibilita o enquadramento do discurso em questão numa dada *formação discursiva* que, necessariamente, está atrelada a interesses ideológicos e condicionada por uma determinada *formação ideológica*.

CONCLUSÃO

As análises realizadas revelam que as condições sócio-históricas de produção envolvem a intencionalidade, os valores e as representações dos interlocutores, bem como o momento histórico-social da enunciação. Essas condições de produção inscrevem-se no discurso e interagem com as diferentes formações discursivas que, por sua vez, refletem uma diferente visão de mundo; um conjunto de representações, idéias, conceitos, julgamentos e valores constitutivos de uma determinada formação ideológica.

Assim, pode-se dizer com Pêcheux, (1988, apud PEREIRA, 1991), que a escolha das palavras e expressões depende da posição ideológica assumida pelo enunciador e o sentido das palavras varia conforme a posição sustentada por ele. Essa posição, por sua vez, inscreve-se numa dada formação ideológica, que se cristaliza através das formações discursivas constitutivas do discurso.

Além disso, observa-se que o texto opinativo, classificado como polêmico também é persuasivo, pois no seu interior ocorre uma manobra discursiva que procura, através da apresentação de fatos e argumentos convencer o leitor e levá-lo a aderir ao discurso. Entra aqui, o papel dos modalizadores, que contribuem para a concretização e eficácia dessa manobra discursiva.

Por fim, as análises mostraram que a reflexão e compreensão das

condições de produção, da formação ideológica que se materializa através da formação discursiva, e o exame das escolhas lexicais são tarefas fundamentais para a reconstrução dos sentidos pretendidos pelo locutor e na percepção dos sentidos permitidos pelo discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- CAMARGO, José J. Herança de um crime. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 20 dez. 1995. p. 19.
- CERVONI, Jean. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *A interação pela linguagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.
- _____. *Ler as intenções do texto*. São Paulo: PUC/SP, 1985. Mimeografado.
- MARIANI, Júlio. *Passado e futuro*. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 29 dez. 1995. p. 17.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Gestos de leitura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- PEREIRA, Aracy Ernst. *Uma introdução à análise do discurso*. Letras de Hoje, Porto Alegre: PUC/RS, v. 26, n. 2, p. 7-20, jun. 1991.
- PEREIRA, Vera Wannmacher. *O texto persuasivo*. Ciências e Letras. Porto Alegre: FAPA, 1990.

ANEXO 1

ZERO HORA	PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 29 DE DEZEMBRO DE 1995	17
OPINIÃO		

Passado e futuro

JÚLIO MARIANI *

1 O ano de 1996 será uma mistura dos anos recentes com algumas emanações do futuro. Não há como escapar: o presente é sempre o ponto de encontro entre o passado e o futuro. Todos sabem que assim é, mas convém lembrar que o Brasil de 1996 ainda será um pouco o Brasil de Sarney e Collor — como o passado custa a passar! — e outro pouco um futuro que ainda não está muito claro. Por Brasil de Sarney e Collor entenda-se um país identificado com suas piores tradições políticas.

20 Sarney e seu ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, inventaram com o Plano Cruzado uma curiosa ciência econômica, segundo a qual a inflação é gerada pelos supermercados e criadores de gado. Santa simplificação: bastaria botar na cadeia meia dúzia de empresários urbanos e aristocratas do campo para que o valor da moeda milagrosamente deixasse de cair.

30 Já Collor foi uma personagem de pesadelo inserido na vida real. Uma personagem de Nelson Rodrigues, uma realidade tragicamente insólita entronizada no Planalto. Entregou um país de presente a seu contador particular, PC Farias, enquanto ele e a ministra Zélia promoviam um festival de trapalhadas e equívocos de botar

40 Jânio Quadros no chinelo. As trapalhadas foram tantas e tão profundas que até hoje recuperam negativamente sobre a realidade político-econômica do país. Em compensação ganhamos uma certeza: se o Brasil resistiu a Collor e sua equipe, provavelmente está imuni-

zado contra vírus fatais. Tornou-se indestrutível.

A grande virtude de Fernando Henrique Cardoso e seu Plano Real é a de ter devolvido ao país um mínimo de racionalidade. Talvez nem nos demos conta, mas vivemos, durante quase 40 anos, num clima de demência coletiva.

◆
Estamos, nesta virada de ano, 365 dias mais longe da demência inflacionária

60 O que é a inflação, do ponto de vista psicossocial, senão uma loucura imposta pelo poder e aceita por toda a coletividade? Uma inflação como tivemos tantas vezes, entre 10% e 80% ao mês, corresponde a uma alucinação assimilada pelo cotidiano; é como o bêbado que consegue manter a compostura, comportando-se de forma a enganar os outros sobre o seu verdadeiro nível de embriaguez.

75 O ano que está chegando traz, portanto, as ameaças e esperanças de sempre, com uma diferença: o pesadelo inflacionário está 365 dias mais longe do que em dezembro de 1994. Aos que acham isso pouco, recomendo uma consulta às coleções de jornais de dois, três ou dez anos atrás. As vezes, é preciso coçar a ferida para recordar a violência do golpe.

* Jornalista

ANEXO 2

ZERO HORA	PORTO ALEGRE, QUARTA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 1995	19
OPINIÃO		

Herança de um crime

JOSÉ J. CAMARGO *

1 Um dos principais desafios que se impõem à mídia é o entendimento da distância que separa a notícia como fato isolado e o seu significado social.

5 Abstraída a imprensa marrom, que, interessada apenas no índice de vendagem da notícia, explora o indiscutível fascínio pelo macabro e pelo bizarro, se espera que a mídia séria se imponha, sem perder o seu sentido de liberdade, o exercício de responsabilidade social, que exige a sensibilidade de permanentemente filtrar a notícia que pode conter no espalhafato injustificado um potencial danoso imensurável.

15 Quem trabalha com transplantes num país pobre, e aqui pobreza é principalmente cultural e significa ausência de tradição de doação de órgãos, sabe muito bem o quanto este procedimento depende da mídia. Ela é capaz de estimular o processo de doação pelo relato de feitos considerados espetaculares, arrefecê-lo

por desinteresse ou, o que é pior, imobilizá-lo temporariamente pela denúncia de irregularidades presumidas ou suspeitas, sem a menor preocupação aparente de comprovação.

30 Como teoricamente todos devem estar interessados no desenvolvimento dos transplantes, quanto mais não seja porque todos nós poderemos um dia precisar de um deles, os prejuízos irreparáveis eventualmente provocados pela mídia através da veiculação inadequada de determinados acontecimentos devem ser creditados à ausência de responsabilidade social.

40 O que a mídia parece não ter tempo, perspicácia, interesse ou sensibilidade para perceber é que a doação de órgãos, que é um gesto de amor em que se sublima a dor da morte e a revolta natural da perda para que outras pessoas possam seguir vivendo, é uma atitude que exige uma relação de absoluta confiança.

45 E neste campo qualquer sombra de dúvida que paire sobre a integridade das pessoas ou a nobreza das intenções repercute imediatamente reduzindo ou extinguindo as doações.

50 É claro que a mídia não cria notícia, mas por

representar um poder concentrado nas mãos de um grupo restrito de pessoas parece-nos mais habilitada a depurar algumas heresias emitidas por servidores públicos constrangedoramente despreparadas para estas questões.

Quando uma autoridade policial, ao investigar um crime hediondo em que os olhos de um velho alcoólatra foram arrancados por três tipos, que segundo a vítima pareciam bugres, interpelada pela imprensa comunica que suspeita de roubo de órgãos para transplante, isso revela uma porção de coisas que infelizmente não promovem a autoridade.

Há ignorância em supor que a delicada cirurgia da extração dos globos oculares possa ser feita fora de ambiente hospitalar.

Há uma acabrunhante ingenuidade em imaginar que um procedimento cirúrgico complexo que envolve várias pessoas com treinamento específico possa ser feito na surdina, em alguma clínica clandestina, depois de uma caçada macabra que teria elegido como vítima um pobre velho indefeso.

E há uma assombrosa despreocupação com os programas de transplante que representam a única expectativa de vida para centenas de pessoas que assistem estupefatas a este festival de ridículo em que se misturam porções iguais de desinformação e insensibilidade com uma única certeza: tudo vai ficar ainda mais difícil depois deste lamentável episódio.

E quando um secretário de Estado anuncia que alertou os policiais para a possibilidade de tráfico de órgãos que poderia representar uma ameaça para outras pessoas (ZH de 21 de novembro), precisamos admitir que a insensibilidade atingiu o topo da hierarquia.

Em nome dos pacientes que necessitam desesperadamente da doação de órgãos para continuarem vivendo e dos médicos que trabalham heroicamente para viabilizar este sonho, pedimos às autoridades competentes que aprisionem temporariamente a ignorância, a fantasia e a irresponsabilidade social. Pelo menos até que os verdadeiros culpados sejam capturados, definitivamente.

* Médico e professor universitário